

LEI Nº 6.759 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1.991.

(Publicação D.O.M. de 12/11/1991:05)

Regulamentada pelo [Decreto nº 10.979](#), de 10/11/1992

Ver [Lei nº 7.721](#), de 15/12/1993

Ver [Lei nº 8.460](#), de 29/08/1995

Ver [Lei nº 8.730](#), de 29/12/1995

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Saúde como instrumento de suporte financeiro para desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde no âmbito de Sistema Municipal de Saúde de Campinas.

§1º - As ações de atenção integral à saúde compreendem:

- I - a assistência médico-sanitária e odontológica realizada em hospitais, centros de saúde com apoio diagnóstico terapêutico;
- II - a vigilância epidemiológica e sanitária;
- III - controle e erradicação de epidemias e endemias;
- IV - implantação de Sistema Único, descentralizado e hierarquizado de serviços de saúde;
- V - outras ações pertinentes à atenção integral à saúde da população de Campinas.

§2º - As ações de atenção integral à saúde desenvolvidas pelas unidades de saúde do Sistema Municipal de Saúde, deverão ser objetos de planejamento e programação adequadas e com os recursos humanos necessários à sua realização.

Artigo 2º - O Fundo Municipal de Saúde, subordinado ao gabinete do Secretário de Saúde, será administrado pela Secretaria Municipal de Saúde e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

Artigo 3º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Saúde: **(Ver Decreto nº 11.423, de 29/12/1993) (Ver [Lei nº 7.579](#), de 09/08/1993 - Acresce e Renumerar Artigos)**

- I - recursos provenientes do Sistema Único de Saúde pelos serviços prestados;
- II - auxílios, subvenções, contribuições, transferência e participações em convênios e ajustes;
- III - doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV - rendimentos, acréscimos, juros e correções monetárias provenientes de aplicações de seus recursos financeiros;
- V - outras receitas.

Parágrafo Único - os recursos financeiros provenientes do Sistema Único de Saúde deverão ser repassados ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de entrada como receita na Secretaria Municipal de Finanças.

Fábio não tem como exigir maior rigor nos repasses????????????????????

Artigo 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Saúde serão aplicados:

- I** - no financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou por instruções conveniadas, contratadas;
- II** - no pagamento de vencimentos, salários e gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades que participam das ações de atenção integral à saúde, bem como ao pessoal admitido ou contratado para execução de programas específicos, obedecidos os limites estabelecidos pela legislação municipal para despesas referentes a pessoal;
- III** - no pagamento pela prestação de serviços de saúde que atendam programas ou projetos específicos que geram receitas próprias para o Fundo;
- IV** - na aquisição de material permanente e de consumo, de medicamentos e alimentos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- V** - na construção, reforma, ampliação, aquisição e locação de imóveis e outros estabelecimentos de prestação de serviços de saúde.

Artigo 5º - Os recursos financeiros do Fundo deverão ser administrados segundo o plano de ampliação aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, e Lei de Diretrizes Orçamentárias

Parágrafo Único - A contabilidade deverá ser explicitada no regulamento do Fundo Municipal de Saúde, podendo haver dispêndio de recurso financeiro específico para esta finalidade.

Artigo 6º - Respeitado o princípio de unidade de tesouraria de que trata o artigo 56 da Lei 4.320/64, segundo o plano de aplicação, os recursos poderão ser alocados nas unidades para execução de suas atividades conforme programação aprovada.

Artigo 7º - Aos critérios de renumeração de serviços e os parâmetros de cobertura deverão obedecer ao Sistema Único de Saúde - SUS e quando não estiverem explicitados, deverão sê-lo pelo Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 8º - Para atender as despesas com a execução desta lei, fica o Executivo autorizado a abrir, na Secretaria das Finanças, crédito adicional especial no valor de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

Fábio atualizar esse valor proposta: 7% da previsão orçamentária anual do município

Artigo 9º - O Executivo fixará em regulamento, por proposição das Secretarias Municipais de Finanças e de Saúde, ouvido o Conselho Municipal de Saúde, as normas de funcionamento do Fundo.

Artigo 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 11 DE Novembro de 1.991.

JACÓ BITTAR
Prefeito Municipal